

No. 38965

**Brazil
and
Peru**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru on cooperation for the prevention of consumption, rehabilitation, control of the production and illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances and related crimes. Lima, 28 September 1999

Entry into force: *4 January 2002 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 11 November 2002*

**Brésil
et
Pérou**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou relatif à la coopération en matière de prévention de la consommation, de la réhabilitation, du contrôle de la production, et du trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes et des crimes connexes. Lima, 28 septembre 1999

Entrée en vigueur : *4 janvier 2002 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 11 novembre 2002*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO DO CONSUMO, REABILITAÇÃO, CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E SEUS DELITOS CONEXOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Conscientes de que a cooperação bilateral resulta fundamental para enfrentar os problemas derivados do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas;

Tendo em vista as recomendações contidas na "Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas", aprovada em Viena em 20 de dezembro de 1988, doravante denominada "a Convenção", bem como a Estratégia Antidrogas no Hemisfério, aprovada pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD, em 16 de outubro de 1996;

Preocupados com os danos irreparáveis que causa à vida humana o uso indevido de substâncias entorpecentes e psicotrópicas;

Considerando que, para obter resultados eficazes contra as diversas manifestações do tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, é necessário o intercâmbio permanente da informação, a fim de prevenir, controlar e reprimir essa atividade ilícita;

Compreendendo que o fenômeno das drogas é um problema complexo e integral, e conscientes da necessidade de fortalecer, tanto as estratégias, no âmbito da Prevenção/Promoção da Saúde, quanto as normas, no da Reabilitação e do Tratamento, é necessário o intercâmbio de experiências bem sucedidas, de investigações relevantes e de especialistas a fim de contribuir para o aperfeiçoamento mútuo das ações realizadas ou por realizar;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Objetivo e Alcance

1. O objetivo do presente Acordo é o empreendimento conjunto de esforços pelas Partes Contratantes, a fim de harmonizar políticas de cooperação técnica e financeira, bem como realizar programas específicos em matéria de desenvolvimento alternativo, prevenção e controle eficaz da produção, do tráfico ilícito e do consumo de drogas, bem como de seus delitos conexos. Com tal objetivo, as Partes Contratantes celebrarão acordos específicos em matéria de vigilância sanitária; medidas para prevenção e controle de lavagem de dinheiro; controle de precursores, produtos e insumos químicos; cooperação judicial; controle do tráfego de aeronaves; e outros que considerem convenientes.
2. As Partes Contratantes cumprirão as obrigações derivadas do presente Acordo conforme os princípios de auto-determinação, de não intervenção em assuntos internos, de igualdade jurídica e de respeito à integridade territorial dos Estados.
3. As Partes Contratantes prestar-se-ão assistência técnica para apoiar programas de capacitação nas áreas de experiência de cada uma delas, a fim de melhorar a eficácia, tanto nas estratégias de prevenção, de promoção da saúde, de tratamento e reabilitação como nos resultados da luta contra todas as modalidades do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos.
4. As Partes Contratantes, quando for o caso e sempre que não infringjam seu Direito interno, poderão autorizar suas autoridades competentes a desenvolverem ações coordenadas, com o fim de realizar operações de investigação contra a produção, tráfico, venda e distribuição ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos, nos termos de tal autorização.

ARTIGO II
Intercâmbio de Informações

Repressão

1. As Partes Contratantes poderão intercambiar informações que possuam sobre indivíduos ou organizações criminosas, e seus métodos de ação vinculados ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.
2. As Partes Contratantes trocarão informações sobre políticas e programas de prevenção e reabilitação de dependentes de drogas, legislação vigente, investigação policial sobre o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

3. Além disso, na medida em que o seu ordenamento interno assim permitir, as Partes Contratantes divulgarão os resultados obtidos nas investigações e processos realizados por suas respectivas autoridades competentes. Com consequência da cooperação oferecida em virtude deste Acordo, informarão sobre as atividades de repressão que tenham realizado como resultado da assistência nel prevista.

4. As Partes Contratantes comprometem-se a utilizar os meios próprio para a troca de informação não judicial e, quando for o caso, recorrerão aos fornecidos pela INTERPOL; do mesmo modo, e em circunstâncias excepcionais, as Partes Contratantes poderão recorrer à INTERPOL para transmitir pedidos de assistência judiciária recíproca e qualquer outra informação, conforme previsto na Convenção.

Desenvolvimento Alternativo

As Partes Contratantes trocarão informações, publicações e resultado de estudos e investigações sobre cultivos precursores de drogas e atividade econômicas alternativas.

Prevenção e Reabilitação

1. As Partes Contratantes prestar-se-ão assistência técnica a fim de promover a investigação destinada a levantar informação relevante a aspectos relacionados com a Prevenção/Promoção da Saúde e Reabilitação e Tratamento.

2. As Partes Contratantes prestar-se-ão assistência técnica a fim de conceber, na medida do possível, um sistema de informação que, respeitando as particularidades de cada país, desenvolva normas comuns e compatíveis.

3. As Partes Contratantes, segundo suas possibilidades, poderão trocar publicações e trabalhos de pesquisa sobre temas de Prevenção/Promoção da Saúde e Tratamento e Reabilitação, elaborados por instituições locais governamentais e não governamentais.

4. As Partes Contratantes facilitarão a incorporação mútua das redes sociais institucionais e de informação às quais cada uma delas pertença, em relação aos temas de Prevenção/Promoção da Saúde e Tratamento e Reabilitação.

ARTIGO III Assistência Técnica

As Partes Contratantes, na medida do possível, realizarão seminários, conferências e cursos de treinamento e especialização sobre as matérias objeto deste Acordo.

Repressão

1. As Partes Contratantes prestar-se-ão assistência técnica no planejamento e execução de programas de investigação e capacitação que objetivam a troca de conhecimentos sobre a atividade das organizações criminosas em todos os escalões próprios do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos.

Prevenção e Reabilitação

1. As Partes Contratantes promoverão o intercâmbio de propostas para o desenvolvimento de novos programas que abram alternativas e possibilidades no âmbito da Prevenção, Promoção da Saúde, Tratamento e Reabilitação.

2. As Partes Contratantes trocarão experiências sobre o papel dos diferentes serviços terapêuticos na prestação de assistência e sobre as necessidades deles derivadas.

3. As Partes Contratantes elaborarão estudos e projetos de sensibilização da comunidade com o objetivo de apoiar a reabilitação dos dependentes de drogas.

ARTIGO IV

Ações Coordenadas em Matéria de Repressão

1. As Partes Contratantes, sempre que a eficácia de uma operação contra o tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e delitos conexos assim o exigir, realizarão ações coordenadas a partir de seus territórios, podendo interceptar embarcações de ambas as nações, suspeitas de realizar tráfico ilícito de drogas nas vias fluviais limítrofes de ambos os Estados.

2. De forma a ampliar a cooperação prevista no presente Acordo, e conforme estabelecido na alínea (a) do inciso I do Artigo 9 da Convenção, as Partes Contratantes examinarão a possibilidade de designar oficiais de ligação, cujo perfil e funções a serem desempenhadas serão definidas de comum acordo.

3. As Partes Contratantes assistir-se-ão no planejamento e organização de ações coordenadas contra o tráfico ilícito de entorpecentes, substâncias psicotrópicas e seus delitos conexos. Para a execução das operações resultantes da assistência prevista neste Artigo, as autoridades competentes de cada uma das Partes Contratantes atuarão unicamente em seu respectivo território.

ARTIGO V
Comissão Peruano-Brasileira

1. Para a implementação do presente Acordo, fica estabelecida uma Comissão Peruano-Brasileira, integrada por membros designados pelas autoridades competentes das duas Partes Contratantes; este órgão retomará os trabalhos da Comissão Mista que funcionou no marco do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, assinado em 5 de novembro de 1976.

2. A Comissão terá, além das que lhe forem atribuídas pelas autoridades competentes, as seguintes funções:

- a) servir de canal de comunicação entre as autoridades competentes de ambos os países no âmbito de aplicação do presente Acordo;
- b) propor às autoridades competentes de ambos os países formas de cooperação nas modalidades a que se refere o presente Acordo;
- c) propor às autoridades competentes os acordos administrativos e normas a que se refere o presente Acordo;
- d) proceder ao acompanhamento da aplicação dos programas e intercâmbios previstos no presente Acordo;
- e) a Comissão poderá constituir em seu âmbito Grupos de Trabalho, e receber a colaboração de qualquer outra entidade suscetível de ajudar no seu trabalho, conforme proposta por uma ou pelas duas Partes Contratantes;
- f) independentemente das reuniões dos Grupos de Trabalho, a Comissão reunir-se-á quando for convocada por uma das Partes Contratantes, com antecedência de dois meses da data prevista para a reunião, salvo em casos extraordinários que aconselhem sua imediata convocação para a análise dos trabalhos em curso, definição de orientações e avaliação dos resultados obtidos nos diversos campos de atuação.

ARTIGO VI
Salvaguarda da Informação

1. Toda informação, transmitida por quaisquer meios, terá caráter confidencial ou reservado, segundo o Direito interno de cada uma das Partes Contratantes.

2. A informação obtida deverá ser utilizada unicamente para os efeitos do presente Acordo. Caso uma das Partes Contratantes a necessite para outros fins, deverá contar com a autorização previa e por escrito da autoridade competente que a tenha fornecido, e ficará condicionada às restrições por ela impostas.

3. O disposto no parágrafo anterior, não constituirá limitação da utilização da informação no quadro de ações judiciais iniciadas pelas Partes Contratantes como consequência do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. A utilização da informação e de seus resultados será comunicada à Autoridade Competente que a proporcionou.

ARTIGO VII
Disposições Finais

1. Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo será solucionada diretamente pelas Partes Contratantes, para o que realizarão consultas com a(s) autoridade(s) competente(s) respectivas.

2. O presente Acordo poderá ser emendado por qualquer uma das Partes Contratantes. Tais emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 3 do presente Artigo.

3. O presente Acordo terá vigência por tempo indeterminado e entrará em vigor na data do recebimento da segunda Nota, na qual uma das Partes Contratantes informa à outra estarem concluídas as formalidades legais internas para a sua vigência.

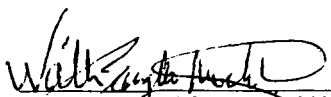
4. Qualquer das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Acordo mediante Nota diplomática, a qual surtirá efeito seis (6) meses após a data da Nota. As solicitações de assistência realizadas durante este período serão atendidas pela Parte requerida.

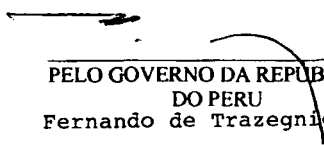
5. As Partes Contratantes designam as seguintes autoridades para a execução do presente Acordo:

Pela República Federativa do Brasil:
Ministério das Relações Exteriores
Secretaria Nacional Antidrogas

Pela República do Peru:
Ministério das Relações Exteriores
Comissão de Luta contra o Consumo de Drogas (CONTRADROGAS)

Feito em Lima, em 28 de setembro de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPUBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Walter Fanganiello Maierovitch


PELO GOVERNO DA REPUBLICA
DO PERU
Fernando de Trazegnies Granda

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PERU SOBRE
COOPERACION EN MATERIA DE PREVENCION DEL CONSUMO,
REHABILITACION, CONTROL DE LA PRODUCCION Y DEL TRAFICO ILCITO
DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS Y SUS DELITOS
CONEXOS**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Perú, denominados las Partes contratantes;

CONSCIENTES de que la cooperación bilateral resulta fundamental para hacer frente a los problemas derivados del uso indebido y el tráfico ilícito de drogas;

TENIENDO EN CUENTA las recomendaciones contenidas en la "Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas" aprobada en Viena el 20 de diciembre de 1988, en adelante llamada "La Convención"; así como a la Estrategia Antidrogas en el Hemisferio aprobada por la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas – CICAD, el 16 de octubre de 1996;

PREOCUPADOS por los daños irreparables que causa a la vida humana el uso indebido de sustancias estupefacientes y sicotrópicas;

CONSIDERANDO que para obtener resultados eficaces contra las diversas manifestaciones del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas se hace necesario el intercambio permanente de información con el fin de prevenir, controlar y reprimir esta actividad ilícita;

COMPRENDIENDO que el fenómeno de las drogas es un problema complejo e integral y conscientes de la necesidad de fortalecer estrategias tanto en el ámbito de la Prevención/Promoción de la Salud, como en los sistemas de Rehabilitación y Tratamiento, se hace necesario el intercambio de experiencias exitosas, de investigaciones relevantes y de especialistas a fin de contribuir al perfeccionamiento mutuo de las intervenciones realizadas o por realizar;

Han acordado lo siguiente:

**ARTICULO I
OBJETIVO Y AMBITO**

El Propósito del presente Acuerdo es emprender esfuerzos conjuntos entre las Partes Contratantes, a fin de armonizar políticas de cooperación técnica y financiera y realizar programas específicos en materia de desarrollo alternativo, prevención y control eficaz de la producción, el tráfico ilícito y consumo de drogas, así como sus delitos conexos. Con tal fin, las Partes Contratantes celebrarán Acuerdos específicos en materia de Fiscalización Sanitaria; Medidas para la Prevención y Control del Lavado de Activos y Dinero; Control de Insumos y Productos Químicos; Cooperación Judicial; Control de Movimiento de Aeronaves, y otros que estimen convenientes.

Las Partes Contratantes cumplirán sus obligaciones derivadas del presente Acuerdo conforme a los principios de autodeterminación, no intervención en asuntos internos, igualdad jurídica y respeto a la integridad territorial de los Estados.

Las Partes Contratantes se prestarán asistencia técnica para apoyar programas de capacitación en las áreas de experiencia de cada una de ellas, con el fin de mejorar la eficacia tanto en las estrategias de prevención, promoción de la salud, tratamiento y rehabilitación así como en los resultados de la lucha contra todas las modalidades del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y sus delitos conexos.

Las Partes Contratantes, cuando sea el caso y siempre que no contravengan su derecho interno, podrán autorizar a las Autoridades Competentes para que desarrollen acciones coordinadas, con el fin de realizar operaciones de investigación contra la producción, tráfico, venta y distribución ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y sus delitos conexos, en los términos de dicha autorización.

ARTICULO II INTERCAMBIO DE INFORMACION

INTERDICCION

Las Partes Contratantes podrán brindarse la información que posean sobre presuntos delincuentes individuales o asociados, sus métodos de acción relacionados con el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.

Las Partes Contratantes intercambiarán información sobre políticas y programas de prevención y rehabilitación de adictos, legislación vigente, investigación policial respecto del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.

Las Partes Contratantes igualmente, y en la medida que lo permita su ordenamiento interno, darán a conocer los resultados obtenidos en las investigaciones y procesos adelantados por las Autoridades Competentes respectivas. Como consecuencia de la cooperación brindada en virtud de este Acuerdo, informarán sobre las actividades de interdicción que se hayan adelantado como resultado de la asistencia prevista en este instrumento.

Las Partes Contratantes se comprometen a utilizar los medios propios y, cuando sea el caso, recurrirán a los provistos por INTERPOL para el intercambio de información no judicializada, asimismo y en circunstancias urgentes las Partes Contratantes podrán acudir a la INTERPOL para transmitir las solicitudes de asistencia judicial recíproca y cualquier otra información, según lo prevé la Convención.

DESARROLLO ALTERNATIVO

Las Partes Contratantes intercambiarán información y publicaciones de estudios e investigaciones sobre cultivos precursores de drogas y actividades económicas alternativas.

PREVENCION Y REHABILITACION

Las Partes Contratantes se prestarán asistencia técnica a fin de promover la investigación orientada a levantar información relevante a aspectos relacionados con la Prevención/Promoción de la Salud y Rehabilitación y Tratamiento.

Las Partes Contratantes se prestarán asistencia técnica a fin de diseñar, en la medida de lo posible, un sistema de información que respetando las particularidades de cada país, desarrolle ejes comunes y comparables.

Las Partes Contratantes, de acuerdo a sus posibilidades, podrán intercambiar publicaciones pertinentes a los temas de Prevención/Promoción de la salud y Tratamiento y Rehabilitación elaborados por instituciones locales gubernamentales y no gubernamentales.

Las Partes Contratantes facilitarán la incorporación mutua a las Redes Sociales institucionales y de información a las que pertenecen cada una de ellas, en relación a los temas de Prevención/Promoción de la salud y Tratamiento y Rehabilitación.

ARTICULO III ASISTENCIA TECNICA

Las Partes Contratantes, en la medida de lo posible, realizarán seminarios, conferencias y cursos de entrenamiento y especialización sobre las materias objeto de este Acuerdo.

INTERDICCION

Las Partes Contratantes se prestarán asistencia técnica en la planificación y ejecución de programas de investigación y capacitación encaminados a intercambiar conocimientos sobre la actividad de las organizaciones criminales en todos los eslabones propios del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y sus delitos conexos.

PREVENCION Y REHABILITACION

Las Partes Contratantes promoverán el intercambio de propuestas para el desarrollo de programas novedosos que abran nuevas alternativas y posibilidades en el ámbito de la Prevención, Promoción de la Salud, Tratamiento y Rehabilitación.

Las Partes Contratantes intercambiarán experiencias acerca del papel de los distintos servicios terapéuticos en la oferta asistencial y las necesidades que se derivan de los mismos.

Las Partes Contratantes planearán un estudio y elaborarán proyectos de sensibilización de la comunidad con el objeto de apoyar la reinserción de drogadependientes.

ARTICULO IV ACCIONES COORDINADAS EN MATERIA DE INTERDICCION

Las Partes Contratantes siempre que la efectividad de un operativo contra el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas y delitos conexos lo requiera, llevarán a cabo acciones coordinadas desde la jurisdicción de cada una de ellas; pudiendo intervenir embarcaciones de ambas naciones, sospechosas de realizar tráfico ilícito de drogas en los espacios fluviales limítrofes de ambas naciones.

Con el fin de mejorar la cooperación prevista en el presente Acuerdo y de conformidad con lo establecido en el literal (a) numeral 1 del artículo 9 de la Convención, las Partes Contratantes considerarán la designación de oficiales de enlace, evento en el cual procederán a definir de común acuerdo el perfil y las funciones a desempeñar.

Las Partes Contratantes se asistirán para planear y organizar acciones coordinadas contra el tráfico ilícito de estupefacientes, sustancias sicotrópicas y sus delitos conexos. Para la ejecución de las operaciones resultantes de la asistencia prevista en este artículo, las autoridades competentes de cada una de las Partes Contratantes actuarán únicamente en su respectivo territorio.

ARTICULO V COMISION BRASILEÑO-PERUANA

Para la aplicación del presente Acuerdo se crea una Comisión Brasileño-Peruana integrada por miembros designados por las autoridades competentes de las dos Partes Contratantes, la misma que retomará los trabajos de la Comisión Mixta que estuvo en funciones en el marco del Convenio de Asistencia Recíproca para la Represión al Tráfico Ilícito de Drogas que producen dependencia, firmado el 5 de noviembre de 1976.

La Comisión tendrá, además de las que le concedan las autoridades competentes, las siguientes funciones:

Servir de comunicación entre las autoridades competentes de ambos países en el ámbito de aplicación del presente Acuerdo.

Proponer a las autoridades competentes de ambos países las condiciones de cooperación en las materias a que se refiere el presente Acuerdo.

Proponer a las autoridades competentes los acuerdos administrativos y normas a que se refiere este Acuerdo.

Realizar el seguimiento en la aplicación de los programas e intercambios previstos en el presente Acuerdo.

La Comisión podrá constituir en su seno Grupos de Trabajo y podrá recabar la colaboración de cualquier otra entidad susceptible de ayudar en su labor, ello a propuesta de una o de las dos Partes Contratantes.

Independientemente de las reuniones de los Grupos de Trabajo, la Comisión se reunirá cuando lo solicite una de las Partes Contratantes con dos meses de antelación a la fecha prevista para la reunión, salvo en casos extraordinarios que aconsejen su inmediata convocatoria para el análisis de los trabajos en curso, definición de orientaciones y evaluación de los resultados obtenidos en los diversos campos de la actuación.

ARTICULO VI RESERVA DE INFORMACION

Toda información comunicada de cualquier forma, tendrá carácter confidencial o reservado, según el derecho interno de cada una de las Partes Contratantes.

La información obtenida deberá ser utilizada únicamente para los efectos del presente Acuerdo. En caso de que una de las Partes Contratantes la requiera para otros fines, deberá contar previamente con la autorización por escrito de la autoridad competente que la haya proporcionado y estará sometida a las restricciones impuestas por la misma.

Lo dispuesto en el numeral anterior no será obstáculo para la utilización de la información en el marco de acciones judiciales iniciadas por las Partes Contratantes como consecuencia del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas. La utilización de dicha información y sus resultados será comunicada a la Autoridad Competente que la proporcionó.

ARTICULO VII DISPOSICIONES FINALES

Cualquier controversia que pueda surgir sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo será solucionada directamente por las Partes Contratantes, para lo cual realizarán consultas con la(s) autoridad(es) competent(es) respectivas.

El presente Acuerdo podrá ser modificado por cualquiera de las Partes Contratantes. Tales modificaciones entrarán en vigor en los términos del parágrafo 3 del presente artículo.

El presente Acuerdo tendrá vigencia por tiempo indeterminado y entrará en vigor en la fecha de recepción de la segunda Nota en que una de las Partes Contratantes informe a la otra que están concluidas las formalidades legales internas necesarias para su vigencia.

Cualquiera de las Partes Contratantes podrá dar por terminado el presente Acuerdo mediante denuncia formalizada a través de nota diplomática, la cual surtirá efecto seis (6) meses después de la fecha de la nota. Las solicitudes de asistencia realizadas durante este término serán atendidas por la Parte requerida.

Las Partes Contratantes designan a las siguientes autoridades para la ejecución del presente Convenio:

Por la República Federativa del Brasil


Ministerio de Relaciones Exteriores
Secretaría Nacional Antidrogas

Por la República del Perú

Ministerio de Relaciones Exteriores
Comisión de Lucha contra el Consumo de Drogas (CONTRADROGAS)

Suscrito en Lima, a los 28 días del mes de setiembre en dos ejemplares originales, en idiomas castellano y portugués, siendo los dos textos igualmente válidos y auténticos.


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DEL
PERU
Fernando de Trazegnies Granda


POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL
Walter Fanganiello Maierovitch

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU ON COOPERATION FOR THE PREVENTION OF CONSUMPTION, REHABILITATION, CONTROL OF PRODUCTION AND ILLICIT TRAFFICKING IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES AND RELATED CRIMES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru, hereinafter referred to as "the Contracting Parties";

Aware that bilateral cooperation is of vital importance in tackling the problems stemming from drug abuse and illicit trafficking;

Taking into account the recommendations contained in the United Nations Convention Against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, concluded at Vienna on 20 December 1988, hereinafter referred to as "the Convention", and the Anti-drug strategy in the hemisphere, adopted by the Inter-American Drug Abuse Control Commission (CICAD) on 16 October 1996;

Concerned at the irreparable damage caused to human life by the abuse of narcotic and psychotropic substances;

Considering that, in order to deal effectively with the various manifestations of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances, an ongoing exchange of information is required to prevent, control and suppress such illicit activity;

Understanding that the drug phenomenon is a complex and multidimensional problem, aware of the need to strengthen strategies both for prevention/health promotion and in rehabilitation and treatment systems, and realizing that the exchange of successful experience, relevant research and specialists is required to promote the mutual improvement of activities currently being implemented or to be implemented;

Have agreed as follows:

Article I. Aim and scope

The purpose of this Agreement is for the Contracting Parties to undertake joint efforts in order to harmonize technical cooperation and financial policies and to carry out specific programmes in the areas of alternative development, prevention and effective control of the production, illicit trafficking and use of drugs, as well as related crimes. To that end, the Contracting Parties shall conclude specific Agreements relating to health monitoring; prevention and control of money and asset laundering; control of inputs and chemicals; legal cooperation; monitoring of aircraft movement and other topics that they may consider appropriate.

The Contracting Parties shall perform their obligations under this Agreement observing the principles of self-determination, non-interference in internal affairs, legal equality and respect for the territorial integrity of States.

The Contracting Parties shall provide each other with technical assistance to support training programmes in the areas of experience of each, with the aim of improving the effectiveness of strategies for prevention, health promotion, treatment and rehabilitation, and of efforts to combat all forms of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances, and related crimes.

When appropriate and provided this is not contrary to their national laws, the Contracting Parties may authorize the competent authorities to develop coordinated activities for investigations into the illicit production, trafficking, sale and distribution of narcotic drugs and psychotropic substances and related crimes, under the terms of such authorization.

Article II. Exchange of information

PROHIBITION

The Contracting Parties may provide each other with the information in their possession on alleged criminal individuals or groups and their methods of operation in connection with illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances.

The Contracting Parties shall exchange information on policies and programmes for prevention, rehabilitation of addicts, current legislation and police investigations in respect of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances.

In addition, the Contracting Parties shall, to the extent possible under their national law, make known the results of the investigations and procedures undertaken by the respective competent authorities. As part of the cooperation provided under this Agreement, they shall report on prohibition activities undertaken as a result of the assistance provided under this instrument.

The Contracting Parties shall use their own means and, when appropriate, those provided by Interpol for the exchange of information not related to ongoing judicial proceedings. In an emergency, the Contracting Parties may ask Interpol to transmit requests for mutual legal assistance and any other information, as provided by the Convention.

ALTERNATIVE DEVELOPMENT

The Contracting Parties shall exchange information and publications on studies and research on drug precursor crops and alternative economic activities.

PREVENTION AND REHABILITATION

The Contracting Parties shall provide each other with technical assistance to promote research into aspects related to prevention/health promotion, rehabilitation and treatment.

The Contracting Parties shall provide each other with technical assistance for the design of an information system that to the extent possible develops common and comparable focuses, while respecting the specific characteristics of each country.

The Contracting Parties may, to the extent possible, exchange publications related to prevention/health promotion, treatment and rehabilitation issued by local governmental and non-governmental institutions.

The Contracting Parties shall facilitate their mutual incorporation in the institutional social networks and information networks to which they each belong, in respect of the subjects of prevention/health promotion, treatment and rehabilitation.

Article III. Technical assistance

The Contracting Parties shall to the extent possible hold training and specialization seminars, lectures and courses on the subjects covered by this Agreement.

PROHIBITION

The Contracting Parties shall provide each other with technical assistance in planning and implementing research and training programmes aimed at exchanging information on the activities of organized crime at all levels of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances and their related crimes.

PREVENTION AND REHABILITATION

The Contracting Parties shall promote the exchange of proposals for the development of innovative programmes offering new alternatives and possibilities in the areas of prevention, health promotion, treatment and rehabilitation.

The Contracting Parties shall exchange experience concerning the role of the various therapeutic services in providing assistance and concerning the needs of such services.

The Contracting Parties shall plan a study and develop community awareness projects with the aim of supporting the rehabilitation of drug addicts.

Article IV. Coordinated prohibition activities

The Contracting Parties shall, whenever required for the effectiveness of an operation against illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances and related crimes, carry out coordinated activities from each of their jurisdictions; they may seize vessels of either country that are suspected of carrying out illicit drug trafficking in the river areas bordering the two countries.

In order to improve the cooperation established under this Agreement, and in accordance with the provisions of article 9, paragraph 1 (a), of the Convention, the Contracting Parties shall consider the possibility of designating liaison officers, in which case they shall define by mutual agreement the profile of such officers and functions to be performed.

The Contracting Parties shall assist each other in planning and organizing coordinated activities against illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances and related crimes. For the implementation of operations resulting from the assistance provided un-

der this article, the competent authorities of each of the Contracting Parties shall act only in their respective territories.

Article V. Brazilian-Peruvian Commission

For the application of this Agreement, a Brazilian-Peruvian Commission shall be established, composed of members designated by the competent authorities of the two Contracting Parties, and shall resume the work of the Joint Commission that operated within the framework of the Agreement on reciprocal assistance for the repression of the illicit traffic in habit-forming drugs, signed on 5 November 1976.

In addition to the functions assigned to it by the competent authorities, the Commission shall:

- Serve as a channel of communication between the competent authorities of the two countries within the sphere of application of this Agreement;
- Propose to the competent authorities of the two countries the conditions for cooperation in the area covered by this Agreement;
- Propose to the competent authorities the administrative agreements and rules referred to in this Agreement;
- Monitor the implementation of the programmes and exchanges provided for in this Agreement.

The Commission may, at the request of either or both of the Contracting Parties, establish working groups and may enlist the cooperation of any other body that is in a position to assist it in its work.

Independently of the working groups, the Commission shall meet whenever one of the Contracting Parties so requests, giving two months' notice prior to the planned date of the meeting, except in special cases requiring it to be convened immediately to analyse the work under way, define directions and evaluate the results obtained in the various fields of activity.

Article VI. Confidentiality of information

Any information communicated in any form shall be confidential or restricted under the national law of each of the Contracting Parties.

The information obtained shall be used solely for the purposes of this Agreement. In the event that one of the Contracting Parties requests it for other purposes, it must first obtain written authorization from the competent authority providing such information and shall be subject to the restrictions imposed by that authority.

The provisions of the above paragraph shall not prevent the use of the information within the framework of legal actions undertaken by the Contracting Parties as a consequence of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances. The use of such information and the results thereof shall be communicated to the competent authority that provided it.

Article VII. Final provisions

Any dispute that may arise concerning the interpretation or application of this Agreement shall be resolved directly by the Contracting Parties, which shall carry out consultations to that end with the respective competent authority or authorities.

This Agreement may be modified by either of the Contracting Parties. Such modifications shall enter into force under the terms of the third paragraph of this article.

This Agreement shall be valid indefinitely and shall enter into force on the date of receipt of the second note in which the Contracting Parties notify each other that the domestic legal formalities necessary for its validity have been completed.

Either of the Contracting Parties may terminate this Agreement through a formal denunciation delivered by a diplomatic note, which shall take effect six months after the date of the note. Requests for assistance made during this period shall be dealt with by the requested party.

The Contracting Parties designate the following Authorities for the implementation of this Agreement:

For the Federative Republic of Brazil:

Ministry of Foreign Affairs

National Antidrug Secretariat (SENAD)

For the Republic of Peru:

Ministry of Foreign Affairs

Commission to Combat Drug Use (CONTRADROGAS)

DONE at Lima, on 28 September 1999, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

For the Government of the Republic of Peru:

FERNANDO DE TRAZEGNIES GRANDA

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU RELATIF À LA COOPÉRATION EN MATIÈRE DE PRÉVENTION DE LA CONSOMMATION, DE RÉHABILITATION, DE CONTRÔLE DE LA PRODUCTION, ET DE TRAFIC ILLICITE DES STUPÉFIANTS ET DES SUBSTANCES PSYCHOTROPES ET DE CRIMES CONNEXES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

Et

Le Gouvernement de la République du Pérou

(ci-après dénommés les " Parties contractantes "),

Conscients de ce que la coopération bilatérale est fondamentale pour faire face aux problèmes engendrés par l'abus et le trafic illicite de drogues,

Tenant compte des recommandations contenues dans la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, adoptée à Vienne le 20 décembre 1988, ci-après dénommée " la Convention ", ainsi que de la Stratégie de lutte contre la drogue dans l'hémisphère, approuvée par la Commission interaméricaine de lutte contre l'abus des drogues (CICAD) le 16 octobre 1996,

Préoccupés par les dommages irréparables que cause à la vie humaine l'abus de stupéfiants et de substances psychotropes,

Considérant que, pour obtenir des résultats efficaces dans la lutte contre les divers aspects du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, il faut un échange permanent d'informations afin de prévenir, contrôler et réprimer cette activité illicite,

Comprenant que le phénomène des drogues est un problème complexe et intégral, et conscients qu'il faut renforcer aussi bien les stratégies, dans le domaine de la prévention et de la promotion de la santé, que les normes, dans le domaine de la réhabilitation et du traitement, et qu'un échange de données sur les expériences bien réussies, de données provenant des enquêtes pertinentes et de spécialistes est nécessaire afin de contribuer au perfectionnement mutuel des mesures qui ont été ou qui seront prises,

Sont convenus de ce qui suit :

Article I. Objectif et portée

1. L'objectif du présent Accord est le déploiement conjoint d'efforts par les Parties contractantes afin d'harmoniser les politiques de coopération technique et financière ainsi que d'exécuter des programmes précis en matière de développement alternatif, et de prévention et de contrôle efficace de la production, du trafic illicite et de la consommation de drogues et de crimes connexes. À cette fin, les Parties contractantes concluront des accords spécifiques concernant le contrôle sanitaire; les mesures de prévention et de contrôle

du blanchiment d'argent; le contrôle des précurseurs et produits et matières premières chimiques; la coopération judiciaire; le contrôle des mouvements d'aéronefs; et d'autres domaines jugés pertinents.

2. Les Parties contractantes assumeront les obligations découlant du présent Accord conformément aux principes d'autodétermination, de non-ingérence dans les affaires intérieures, d'égalité juridique et de respect de l'intégrité territoriale des États.

3. Les Parties contractantes se prêteront une assistance technique afin d'appuyer des programmes de formation dans les domaines où chacune d'elle a une expérience, en vue d'améliorer l'efficacité aussi bien des stratégies de prévention, de promotion de la santé, de traitement et de réhabilitation que des résultats de la lutte contre tous les aspects du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et les crimes connexes.

4. Les Parties contractantes peuvent autoriser, le cas échéant, et à condition que cela ne soit pas contraire à leur législation interne, leurs autorités compétentes à mener des actions coordonnées afin d'effectuer des opérations d'enquête sur la production, le trafic, la vente et la distribution illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et les crimes connexes, en vertu de ladite autorisation.

Article II. Échange d'informations

RÉPRESSION

1. Les Parties contractantes peuvent échanger les informations dont elles disposent sur des personnes ou organisations criminelles, et leurs méthodes d'action liées au trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes.

2. Les Parties contractantes échangeront des informations sur les politiques et les programmes de prévention et de réhabilitation destinés aux toxicomanes, la législation en vigueur, et les enquêtes policières sur le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes.

3. En outre, dans la mesure où leur droit interne le permet, les Parties contractantes divulgueront les résultats obtenus lors des enquêtes et des poursuites effectuées par leurs autorités compétentes respectives. Comme suite à la coopération offerte en vertu du présent Accord, elles communiqueront des informations sur les activités de répression entreprises dans le cadre de l'assistance prévue dans l'Accord.

4. Les Parties contractantes s'engagent à utiliser les moyens appropriés pour les échanges d'informations non judiciaires et, le cas échéant, elles auront recours aux moyens fournis par Interpol; de la même manière, et dans des circonstances exceptionnelles, les Parties contractantes peuvent recourir à Interpol pour transmettre des demandes d'assistance judiciaire mutuelle et toute autre information, tel qu'il est prévu dans la Convention.

DÉVELOPPEMENT ALTERNATIF

Les Parties contractantes échangeront des informations, des publications et des résultats d'études et d'enquêtes sur les cultures de précurseurs de drogues et les activités économiques de remplacement.

PRÉVENTION ET RÉHABILITATION

1. Les Parties contractantes se prêteront une assistance technique afin de faciliter les enquêtes visant à obtenir des informations concernant les aspects liés à la prévention/promotion de la santé, et à la réhabilitation et au traitement.

2. Les Parties contractantes se prêteront une assistance technique afin de mettre au point, dans la mesure du possible, un système d'information qui, tout en respectant les particularités de chaque pays, soit fondé sur des normes communes et compatibles.

3. Les Parties contractantes, dans les limites de leurs possibilités, pourront échanger des publications et des résultats de travaux de recherche sur les thèmes de la prévention/promotion de la santé et du traitement et de la réhabilitation, élaborés par des institutions locales gouvernementales et non gouvernementales.

4. Les Parties contractantes faciliteront l'incorporation mutuelle des réseaux sociaux institutionnels et d'information auxquels elles appartiennent, en ce qui concerne les thèmes de la prévention/promotion de la santé et du traitement et de la réhabilitation.

Article III. Assistance technique

Les Parties contractantes organiseront, dans la mesure du possible, des séminaires, conférences et stages de formation et de spécialisation sur les matières faisant l'objet du présent Accord.

RÉPRESSION

1. Les Parties contractantes se prêteront une assistance technique en vue de la planification et de l'exécution de programmes de recherche et de formation qui visent à échanger des connaissances sur les activités des organisations criminelles à tous les niveaux appropriés du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et les crimes connexes.

PRÉVENTION ET RÉHABILITATION

1. Les Parties contractantes encourageront l'échange de propositions en vue de la mise en place de nouveaux programmes qui offrent de nouvelles possibilités dans les domaines de la prévention, de la promotion de la santé, du traitement et de la réhabilitation.

2. Les Parties contractantes échangeront des données d'expérience sur le rôle joué par les différents services thérapeutiques dans la fourniture de l'assistance et les besoins qui en découlent.

3. Les Parties contractantes élaboreront des études et des projets de sensibilisation du public afin d'appuyer la réhabilitation des toxicomanes.

Article IV

COORDINATION DES ACTIONS EN MATIÈRE DE RÉPRESSION

1. Les Parties contractantes, chaque fois que l'efficacité d'une opération contre le trafic de stupéfiants et de substances psychotropes et les crimes connexes l'exige, effectueront des actions coordonnées à partir de leur territoire et pourront intercepter des embarcations des deux pays, soupçonnées d'être utilisées pour le trafic illicite de drogues sur les cours d'eau limitrophes des deux États.

2. De manière à élargir la coopération prévue dans le présent Accord, et conformément aux dispositions de l'alinéa a) du paragraphe 1 de l'article 9 de la Convention, les Parties contractantes examineront la possibilité de désigner des officiers de liaison, dont les qualifications et fonctions seront définies d'un commun accord.

3. Les Parties contractantes se prêteront une assistance en vue de planifier et d'organiser des actions coordonnées contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et les crimes connexes. Aux fins de l'exécution des opérations menées dans le cadre de l'assistance prévue dans le présent Article, les autorités compétentes de chacune des Parties contractantes agiront uniquement sur leur propre territoire.

Article V. Commission péruviano-brésilienne

1. Aux fins de l'application du présent Accord est constituée une Commission péruviano-brésilienne, dont les membres sont désignés par les autorités compétentes des deux Parties contractantes; cet organe reprendra les travaux de la Commission mixte qui fonctionnait dans le cadre de l'Accord d'assistance réciproque pour la répression du trafic illicite des drogues créant un état de dépendance, signé le 5 novembre 1976.

2. Outre celles que lui confèrent les autorités compétentes, la Commission a les attributions suivantes :

a) Servir de canal de communication entre les autorités compétentes des deux pays concernant l'application du présent Accord;

b) Proposer aux autorités compétentes des deux pays des modalités de coopération dans les domaines visés dans le présent Accord;

c) Proposer aux autorités compétentes les accords administratifs et arrangements visés dans le présent Accord;

d) Assurer le suivi de la mise en oeuvre des programmes et échanges prévus par le présent Accord;

e) La Commission peut constituer en son sein des groupes de travail et peut solliciter la collaboration de toute autre entité pouvant l'aider dans sa tâche, sur la proposition de l'une ou l'autre des Parties contractantes;

f) Indépendamment des réunions des groupes de travail, la Commission se réunit quand l'une des Parties le demande, moyennant préavis de deux mois avant la date prévue de la réunion, sauf s'il y a lieu, dans des circonstances exceptionnelles, de la convoquer

immédiatement afin d'analyser les activités en cours, de définir les orientations et d'évaluer les résultats obtenus dans les différents domaines de collaboration.

Article VI. Garanties concernant les informations

1. Toutes les informations, transmises par n'importe quel moyen, auront un caractère confidentiel ou réservé, conformément au droit interne de chacune des Parties contractantes.

2. Les informations obtenues seront utilisées uniquement aux fins du présent Accord. Si l'une des Parties contractantes a besoin de ces informations à d'autres fins, elle devra obtenir l'autorisation préalable et par écrit de l'autorité compétente qui les a fournies, et sera soumise aux restrictions imposées par celle-ci.

3. Les dispositions du paragraphe précédent ne limitent pas l'utilisation des informations dans le cadre de poursuites judiciaires entreprises par les Parties contractantes résultant du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes. L'utilisation des informations et ses résultats seront communiqués à l'autorité compétente qui les a fournies.

Article VII. Dispositions finales

1. Tout différend qui pourrait surgir concernant l'interprétation ou l'application du présent Accord est réglé directement par les Parties contractantes, et des consultations auront lieu à cette fin entre les autorités compétentes des deux pays.

2. Le présent Accord peut être modifié par l'une des Parties contractantes. Les amendements entrent en vigueur conformément au paragraphe 3 du présent Article.

3. Le présent Accord restera en vigueur pendant une durée indéterminée et il entrera en vigueur à la date de la réception de la deuxième note, dans laquelle une des Parties contractantes informe l'autre que les formalités exigées par la législation interne pour son entrée en vigueur ont été accomplies.

4. Le présent Accord peut être dénoncé par l'une quelconque des Parties contractantes moyennant une note diplomatique, et la dénonciation entrera en vigueur six (6) mois après la date de la note. Les demandes d'assistance présentées au cours de cette période seront traitées par la Partie sollicitée.

5. Les Parties contractantes désignent les entités suivantes aux fins de l'exécution du présent Accord :

Pour la République fédérative du Brésil :

Ministère des relations extérieures

Secrétariat national pour la lutte antidrogue

Pour la République du Pérou :

Ministère des relations extérieures

Commission de lutte contre la consommation de drogues (CONTRADROGAS)

Fait à Lima, le 28 septembre 1999, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

Pour le Gouvernement de la République du Pérou

FERNANDO DE TRAZEGNIES GRANDA

